

AS IDÉIAS FORA DO LUGAR

Roberto Schwartz

Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato “ímpolítico e abominável” da escravidão.

Este argumento – resumo de um panfleto liberal, contemporâneo de Machado de Assis – põe fora o Brasil do sistema da ciência. Estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral, “ímpolítico e abominável”. Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as Luzes, o Progresso, a Humanidade etc. Para as artes, Nabuco expressa um sentimento comparável quando protesta contra o assunto escravo no teatro de Alencar: “Se isso ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro!”. Outros autores naturalmente fizeram o raciocínio inverso. Uma vez que não se referem à nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias liberais e que são, elas sim, abomináveis, ímpolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis. “Antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa, deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado de nosso escravo feliz”.

Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas idéias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da européia*. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrimo o essencial a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto

o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do favor. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência – mas nem só disso vivem as idéias. Refletindo em direção parecida, Sérgio Buarque observa: “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra”. Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Frequentemente inflada, ou rasteira, ridícula, ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso.

Embora sejam lugar-comum em nossa historiografia, as razões desse quadro foram pouco estudadas em seus efeitos. Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo. Mais ou menos diretamente, vêm daí as singularidades que expusemos. Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada. A prática permanente das transações escolava, neste sentido, quando menos uma pequena multidão. Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles. No plano, das convicções, a incompatibilidade é clara, e já vimos exemplos. Mas também no plano prático ela se fazia sentir. Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade seu patrão, além de imobilizar menos capital. Este aspecto – um entre muitos – indica o limite que a escravatura opunha à racionalização produtiva. Comentando o que vira numa fazenda, um viajante escreve: “não há especialização do trabalho, porque se procura economizar a mão-de-obra”. Ao citar a passagem, Fernando Henrique

Cardoso observa que “economia” não se destina aqui, pelo contexto, a fazer o trabalho num mínimo de tempo, mas num máximo. É preciso espichá-lo, a fim de encher e disciplinar o dia do escravo. O oposto exato do que era moderno fazer. Fundada na violência e na disciplina militar, a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia. O estudo racional do processo produtivo, assim como a sua modernização continuada, com todo o prestígio que lhes advinha da revolução que ocasionavam na Europa, eram sem propósito no Brasil. Para complicar ainda o quadro, considere-se que o latifúndio escravista havia sido na origem um empreendimento do capital comercial, e que portanto o lucro fora desde sempre o seu pivô. Ora, o lucro como prioridade subjetiva e comum às formas antiquadas do capital e às mais modernas. De sorte que os incultos e abomináveis escravistas até certa data – quando esta forma de produção veio a ser menos rentável que o trabalho assalariado – foram no essencial, capitalistas mais conseqüentes do que nossos defensores de Adam Smith, que no capitalismo achavam antes que tudo a liberdade. Está-se vendo que para a vida intelectual o nó estava armado. Em matéria de racionalidade, os papéis se embaralhavam e trocavam normalmente: a ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade, a técnica não era prática, o altruísmo implantava a mais-valia etc. E, de maneira geral, na ausência do interesse organizado da escravaria, o confronto entre humanidade e inumanidade, por justo que fosse, acabava encontrando uma tradução mais rasteira no conflito entre dois modos de empregar os capitais do qual era a imagem que convinha a uma das partes.

Impugnada a todo instante pela escravidão a ideologia liberal, que era a das jovens nações emancipadas da América, descarrilhava. Seria fácil deduzir o sistema de seus contra-sensos, todos verdadeiros, muitos dos quais agitaram a consciência teórica e moral de nosso século XIX. Já vimos uma coleção deles. No entanto, estas dificuldades permaneciam curiosamente inessenciais. O teste da realidade não parecia importante. É como se coerência e generalidade não pesassem muito, ou como se a esfera da cultura ocupasse uma posição alterada, cujos critérios fossem outros – mas outros em relação a quê? Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais; o que entretanto é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a

relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica. A chave desta era diversa. Para descrevê-la é preciso retomar o país como todo. Esquematisando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários seu acesso à vida e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre á relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. *O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.

O escravismo desmente as idéias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão, particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados. Na Europa, ao atacá-los, o universalismo visara o privilégio feudal. No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulava a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. contra

as prerrogativas do *Ancien Regime*. O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração, e serviços pessoais. Entretanto, não estávamos para a Europa como o feudalismo para o capitalismo, pelo contrário, éramos seus tributários em toda linha, além de não termos sido propriamente feudais – a colonização é um feito do capital comercial. No fastígio em que estava ela, Europa, e na posição relativa em que estávamos nós, ninguém no Brasil teria a idéia e principalmente a força de ser, digamos, um Kant do favor, para bater-se contra o outro. De modo que o confronto entre esses princípios tão antagônicos resultava desigual: no campo dos argumentos prevaleciam com facilidade, ou melhor, adotávamos sofregamente os que a burguesia européia tinha elaborado contra arbítrio e escravidão; enquanto na prática, geralmente dos próprios debatedores, sustentado pelo latifúndio, o favor reafirmava sem descanso os sentimentos e as noções em que implica. O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno. Além dos naturais debates, este antagonismo produziu, portanto, uma coexistência estabilizada – que interessa estudar. Aí a novidade: *adotadas as idéias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente “objetiva”, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor*. Sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas. Esta recomposição é capital. Seus efeitos são muitos, e levam longe em nossa literatura. De ideologia que havia sido – isto é, engano involuntário e bem fundado nas aparências – o liberalismo passa, na falta de outro termo, a penhor intencional numa variedade de prestígios com que nada tem a ver. Ao legitimar o arbítrio por meio de alguma razão “racional”, o favorecido conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor, que por sua vez não vê, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo. Nestas condições, quem acreditava na justificação? A que aparência correspondia? Mas justamente, não era este o problema, pois todos reconheciam – e isto sim era importante – a intenção louvável, seja do agradecimento, seja do favor. A compensação simbólica podia ser um pouco desafinada, mas não era malagradecida. Ou por outra, seria desafinada em relação ao Liberalismo, que era secundário, e justa em relação ao favor,

que era principal. E nada melhor, para dar lustre às pessoas e à sociedade que formam, do que as idéias mais ilustres do tempo, no caso as européias. Neste contexto, portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria – por isso as chamamos de segundo grau. Sua regra é outra, diversa da que denominam; é da ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistema. Deriva sossegadamente do óbvio, sabido de todos – da inevitável “superioridade” da Europa – e liga-se ao momento expressivo, de auto-estima e fantasia, que existe no favor. Neste sentido dizíamos que o teste da realidade e da coerência não parecia, aqui, decisivo, sem prejuízo de estar sempre presente como exigência reconhecida, evocada ou suspensa conforme a circunstância. Assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc. Combinando-se à prática de que, em princípio, seria a crítica, o Liberalismo fazia com que o pensamento perdesse o pé. Retenha-se no entanto, para analisarmos depois, a complexidade desse passo: ao tornarem-se despropósito, estas idéias deixam também de enganar.

É claro que esta combinação foi uma entre outras. Para o nosso clima ideológico, entretanto, foi decisiva, além de ser aquela em que os problemas se configuram da maneira mais completa e diferente. Por agora bastem alguns aspectos. Vimos que nela as idéias da burguesia – cuja grandeza sóbria remonta ao espírito público e racionalista da Ilustração- tomam função de ... ornato e marca de fidalguia: atestam e festejam a participação numa esfera augusta, no caso a da Europa que se ... industrializa. O quíproquo das idéias não podia ser maior. A novidade no caso não está no caráter ornamental de saber e cultura, que é da tradição colonial e ibérica; está na dissonância propriamente incrível que ocasionam o saber e a cultura de tipo “moderno” quando postos neste contexto. São inúteis como um berloque? São brilhantes como uma comenda? Serão a nossa panacéia? Envergonham-nos diante do mundo? O mais certo é que nas idas e vindas de argumento e interesse todos estes aspectos tivessem ocasião de se manifestar, de maneira que na consciência dos mais atentos deviam estar ligados e misturados. Inextricavelmente, a vida ideológica degradava e condecorava os seus participantes, entre os quais muitas vezes haveria clareza disso. Tratava-se, portanto, de

uma combinação instável, que facilmente degenerava em hostilidade e crítica as mais acerbas. Para manter-se precisa de cumplicidade permanente, cumplicidade que a prática do favor tende a garantir. No momento da prestação e da contraprestação – particularmente no instante-chave do reconhecimento recíproco – a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante os elementos necessários para fazê-lo. Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma. Lastreado pelo infinito de dureza e degradação que esconjurava – ou seja a escravidão, de que as duas partes beneficiam e timbram em se diferenciar – este reconhecimento é de uma convivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho; da razão. Machado de Assis será mestre nestes meandros. Contudo veja-se também outro lado. Imersos que estamos, ainda hoje, no universo do Capital, que não chegou a tomar forma clássica no Brasil, tendemos a ver esta combinação como inteiramente desvantajosa para nós, composta só de defeitos. Vantagens não há de ter tido; mas para apreciar devidamente a sua complexidade considere-se que as idéias da burguesia, a princípio voltadas contra o privilégio, a partir de 1848 se haviam tornado apologética: a vaga das lutas sociais na Europa mostrara que a universalidade disfarça antagonismos de classe. Portanto, para bem lhe reter o timbre ideológico é preciso considerar que o nosso discurso impróprio era oco também quando usado propriamente. Note-se, de passagem, que este padrão iria repetir-se no séc. XX, quando por várias vezes juramos, crentes de nossa modernidade, segundo as ideologias mais rotas da cena mundial. Para a literatura, como veremos, resulta daí um labirinto singular, uma espécie de oco dentro do oco. Ainda aqui, Machado será o mestre.

Em suma, se insistimos no viés que escravismo e favor introduziram nas idéias do tempo, não foi para as descartar, mas para descrevê-las enquanto enviesadas, – fora de centro em relação à exigência que elas mesmas propunham, e reconhecivelmente

nossas, nessa mesma qualidade. Assim, posto de parte o raciocínio sobre as causas, resta na experiência aquele “desconcerto” que foi o nosso ponto de partida: a sensação que o Brasil dá de dualismo e factício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, - anacronismos, contradições, conciliações e o que for – combinações que o Modernismo, o Tropicalismo e a Economia Política nos ensinaram a considerar. Não faltam exemplos. Vejam-se alguns, menos para analisá-los, que para indicar a ubiquidade do quadro e a variação de que é capaz. Nas revistas do tempo, sendo grave ou risonha, a apresentação do número inicial é composta para baixo e falsete: primeira parte, afirma-se o propósito redentor da imprensa, na tradição de combate da Ilustração; a grande seita fundada por Gutenberg afronta a indiferença geral, nas alturas o condor e a mocidade entrevêem o futuro, ao mesmo tempo que repelem o passado e os preconceitos, enquanto a tocha regeneradora do Jornal desfaz as trevas da corrupção. Na segunda parte, conformando-se às circunstâncias, as revistas declaram a sua disposição cordata, de “dar a todas as classes em geral e particularmente à honestidade das famílias, um meio de deleitável instrução e de ameno recreio”. A intenção emancipadora casa-se com charadas, união nacional, figurinos, conhecimentos gerais e folhetins Caricatura desta seqüência são os versinhos que servem de epígrafe à Marmota na Corte: “Eis a Marmota/ Bem variada/ P’ra ser de todos/ Sempre estimada.// Fala a verdade,/ Diz o que sente,/ Ama e respeita/ A toda gente.” Se, noutra campo, raspamos um pouco os nossos muros, mesmo efeito de coisa compósita: “A transformação arquitetônica era superficial. Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus ou aplicavam-se pinturas, de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em industrialização. Em certos exemplos, o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquitraves, colunatas, frisas etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo urna ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro, ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço”. O trecho refere-se a casas rurais na Província de São Paulo,

segunda metade do séc. XIX. Quanto à corte: “A transformação atendia à mudança dos costumes, que incluíam agora o uso de objetos mais refinados, de cristais, louças e porcelanas, e formas de comportamento cerimonial, como maneiras formais de servir à mesa. Ao mesmo tempo conferia ao conjunto, que procurava reproduzir a vida das residências européias, uma aparência de veracidade. Desse modo, os estratos sociais que mais benefícios tiravam de um sistema econômico baseado na escravidão e destinado exclusivamente à produção agrícola procuravam criar, para seu uso, artificialmente, ambientes com características urbanas e européias, cuja operação exigia o afastamento dos escravos e onde tudo ou quase tudo era produto de importação”. Ao vivo esta comédia está nos notáveis capítulos iniciais do *Quincas Borba*. Rubião, herdeiro recente, é constrangido a trocar o seu escravo crioulo por um cozinheiro francês e um criado espanhol, perto dos quais não fica à vontade. Além de ouro e prata, seus metais do coração, aprecia agora as estatuetas de bronze – um Fausto e um Mefistófeles – que são também de preço. Matéria mais solene, mas igualmente marcada pelo tempo, é a letra de nosso hino à República, escrita em 1890, pelo poeta decadente Medeiros e Albuquerque. Emoções progressistas a que faltava o natural: “Nós nem cremos que escravos outrora /Tenha havido em tão nobre país!” (outrora é dois anos antes, uma vez que a Abolição é de 88). Em 1817, numa declaração do governo revolucionário de Pernambuco, mesmo timbre, com intenções opostas: “Patriotas, vossas propriedades inda as mais opugnantes ao ideal de justiça serão sagradas”. Refere-se aos rumores de emancipação, que era preciso desfazer, para acalmar os proprietários. Também a vida de Machado de Assis é um exemplo, na qual se sucedem rapidamente o jornalista combativo, entusiasta das “inteligências proletárias, das classes ínfimas”, autor de crônicas e quadrinhas comemorativas, por ocasião do casamento das princesas imperiais, e finalmente o Cavaleiro e mais tarde Oficial da Ordem da Rosa. Contra isso tudo vai sair a campo Sylvio Romero. “É mister fundar uma nacionalidade consciente de seus méritos e defeitos, de sua força e de seus delíquios, e não arrumar um pastiche, um arremedo de judas das festas populares que só serve para vergonha nossa aos olhos do estrangeiro. (...) Só um remédio existe para tamanho *desideratum*: – mergulharmos na corrente vivificante das idéias naturalistas e monísticas, que vão transformando o

velho mundo”. À distancia é tão clara que tem graça a substituição de um arremedo por outro. Mas é também dramática, pois assinala quanto era alheia a linguagem na qual se expressava, inevitavelmente, o nosso desejo de autenticidade. Ao pastiche romântico iria suceder o naturalista. Enfim, nas revistas, nos costumes, nas casas, nos símbolos nacionais, nos pronunciamentos de revolução, na teoria e onde mais for, sempre a mesma composição “arlequinal”, para falar com Mário de Andrade: o desacordo entre a representação e o que, pensando bem, sabemos ser o seu contexto. – Consolidada por seu grande papel no mercado internacional, e mais tarde na política interna, a combinação de latifúndio e trabalho compulsório atravessou impávida a Colônia, Reinados e Regências, Abolição, a Primeira República, e hoje mesmo é matéria de controvérsia e tiros. O ritmo de nossa vida ideológica, no entanto, foi outro, também ele determinado pela dependência do país: à distância acompanhava os passos da Europa. Note-se, de passagem, que é a ideologia da independência que vai transformar em defeito esta combinação; bobamente, quando insiste na impossível autonomia cultural, e profundamente, quando reflete sobre o problema. Tanto a eternidade das relações sociais de base quanto a lepidéz ideológica das “elites” eram parte a parte que nos toca - da gravitação deste sistema por assim dizer solar, e certamente internacional, que é o capitalismo. Em conseqüência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social. Seria de supor que aqui perdessem a justeza, o que em parte se deu: No entanto, vimos que e inevitável este desajuste, ao qual estávamos condenados pela máquina do colonialismo, e ao qual, para que já fique indicado o seu alcance mais que nacional, estava condenada a mesma máquina quando nos produzia. Trata-se enfim de segredo mui conhecido, embora precariamente teorizado. Para as artes, no caso, a solução parece mais fácil, pois sempre houve modo de adorar, citar, macaquear, saquear, adaptar ou devorar, estas maneiras e modas todas, de modo que refletissem, na sua falha, a espécie de torcicolo cultural em que nos reconhecemos. Mas, voltemos atrás. Em resumo, as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de

afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as idéias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia – e rancoroso, pois não seriam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambigüidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza. Largamente sentido como defeito bem conhecido, más pouco pensado, este sistema de impropriedades decerto rebaixava o cotidiano da vida ideológica e diminuía as chances da reflexão. Contudo facilitava o ceticismo em face das ideologias, por vezes bem completo e descansado, e compatível aliás com muito verbalismo. Exacerbado um nadinha, dará na força espantosa da visão de Machado de Assis. Ora, o fundamento deste ceticismo não está seguramente na exploração refletida dos limites do pensamento liberal. Está, se podemos dizer assim, no ponto de partida intuitivo, que nos dispensava do esforço. Inscritas num sistema que não descrevem nem mesmo em aparência, as idéias da burguesia viam infirmada já de início, pela evidência diária, a sua pretensão de abarcar a natureza humana. Se eram aceitas, eram-no por razões que elas próprias não podiam aceitar. Em lugar de horizonte, apareciam sobre um fundo mais vasto, que as relativiza: as idas e vindas de arbítrio e favor. Abalava-se na base a sua intenção universal. Assim, o que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época mas desnecessariamente apertada. Está-se vendo que este chão social é de consequência para a história da cultura: uma gravitação complexa, em que volta e meia se repete uma constelação na qual a ideologia hegemônica do Ocidente faz figura derrisória, de mania entre manias. O que é um modo, também, de indicar o alcance mundial que têm e

podem ter as nossas esquisitices nacionais. Algo de comparável, talvez, ao que se passava na literatura russa. Diante desta, ainda os maiores romances do realismo francês fazem impressão de ingênuos. Por que razão? Justamente, é que a despeito de sua intenção universal, a psicologia do egoísmo racional, assim como a moral formalista, faziam no Império Russo efeito de uma ideologia "estrangeira e portanto localizada e relativa. De dentro de seu atraso histórico, o país impunha ao romance burguês um quadro mais complexo. A figura caricata do ocidentalizante, francófilo ou germanófilo, de nome freqüentemente alegórico e ridículo, os ideólogos do progresso, do liberalismo, da razão, eram tudo formas de trazer à cena a modernização que acompanha o Capital. Estes homens esclarecidos mostram-se alternadamente lunáticos, ladrões, oportunistas, cruelíssimos, vaidosos, parasitas etc. O sistema de ambigüidades assim ligadas ao uso local do ideário burguês – uma das chaves do romance russo – pode ser comparado àquele que descrevemos para o Brasil. São evidentes as razões sociais da semelhança. Também na Rússia a modernização se perdia na imensidão do território e da inércia social, entrava em choque com a instituição servil e com seus restos, – choque experimentado como inferioridade e vergonha nacional por muitos, sem prejuízo de dar a outros um critério para medir o desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha e impõe ao mundo. Na exacerbação deste confronto, em que o progresso é uma desgraça e o atraso uma vergonha, está uma das raízes profundas da literatura russa. Sem forçar em demasia uma comparação desigual, há em Machado – pelas razões que sumariamente procurei apontar – um veio semelhante, algo de Gogol, Dostoievski, Gontcharov, Tchecov, e de outros talvez, que não conheço. Em suma, a própria desqualificação do pensamento entre nós, que tão amargamente sentíamos, e que ainda hoje asfixia o estudioso do nosso século XIX, era uma ponta, um ponto nevrálgico por onde passa e se revela a história mundial.

Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente Brasil põe e repõe idéias européias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura. O escritor pode não saber disso, nem precisa, para usá-las. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre – ou evite – o descentramento e a desafinação. Se há um número indefinido de maneiras

de fazê-lo, são palpáveis e definíveis as contravenções. Nestas registra-se, como ingenuidade, tagarelice, estreiteza, servilismo, grosseria etc., a eficácia específica e local de uma alienação de braços longos – a falta de transparência social, imposta pelo nexo colonial e pela dependência que veio continuá-lo. Isso posto, o leitor pouco ficou sabendo de nossa história literária ou geral, e não situa Machado de Assis. De que lhe servem então estas páginas? Em vez do “panorama” e da idéia correlata de impregnação pelo ambiente, sempre sugestiva e verdadeira, mas sempre vaga e externa, tentei uma solução diferente: especificar um mecanismo social, na forma em que ele se torna elemento interno e ativo da cultura; uma dificuldade inescapável – tal como o Brasil a punha e repunha aos seus homens cultos, no processo mesmo de sua reprodução social. Noutras palavras, uma espécie de chão histórico, analisado, da experiência intelectual. Pela ordem, procurei ver na gravitação das idéias um movimento que nos singularizava. Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as idéias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização em seu conjunto, que é internacional. O tic-tac das conversões e reconversões de liberalismo e favor é o efeito local e opaco de um mecanismo planetário. Ora, a gravitação cotidiana das idéias e das perspectivas práticas é a matéria imediata e natural da literatura, desde o momento em que as formas fixas tenham perdido a sua vigência para as artes. Portanto, é o ponto de partida também do romance, quanto aos do romance realista. Assim, o que estivemos descrevendo é a feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita, em que agora influi pela via interna – o escritor saiba ou não, queira ou não queira. Noutras palavras, definimos um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado, que é resultado histórico, e pode ser origem artística. Ao estudá-lo, vimos que difere do europeu, usando embora o seu vocabulário. Portanto a própria diferença, a comparação e a distância fazem parte de sua definição. Trata-se de uma diferença interna – o

descentramento de que tanto falamos – em que as razões nos aparecem ora nossas, ora alheias, a uma luz ambígua, de efeito incerto. Resulta uma química também singular, cujas afinidades e repugnâncias acompanhamos e exemplificamos um pouco. É natural, por outro lado, que esse material proponha problemas originais à literatura que dependa dele. Sem avançarmos por agora, digamos apenas que, ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria préformada – em que imprevisível dormita a História – que vão depender profundidade, força, complexidade dos resultados. São relações que nada têm de automático, e veremos no detalhe quanto custou, entre nós, acertá-las para o romance. vê-se, variando-se ainda uma vez o mesmo tema, que embora lidando com o modesto tic-tac de nosso dia-a-dia, e sentado à escrivaninha num ponto qualquer do Brasil, o nosso romancista sempre teve como matéria, que ordena como pode, questões da história mundial; e que não as trata, se as tratar diretamente.

Bibliografia: Da Introdução ao ensaio sobre Machado de Assis "Ao Vencedor As Batatas", Livraria Duas Cidades.

Artigo de Leandro Konder sobre Roberto Schwarz como estudioso de Machado de Assis
Assis
Roberto Schwarz

Leandro Konder

Desde muito cedo, Roberto Schwarz, filho de judeus austríacos, nascido na Áustria em 1938, sentiu na pele a força dos preconceitos que a sociedade brasileira cultivava teimosamente e disfarça com habilidade: trazido muito cedo para o Brasil, ele ouvia piadinhas do tipo "alemão batata / come queijo com barata". Essa experiência desagradável não chegou a ser traumática, não deixou ressentimentos, mas deu ensejo a que se desenvolvesse nele a disposição de compreender a nossa sociedade, a vontade de enxergar a fonte das distorções, a causa dos preconceitos e das discriminações.

O campo que Roberto Schwarz escolheu para suas incansáveis investigações foi o da produção cultural. E nele o nosso crítico se concentrou na literatura: há mais de trinta anos, ele vem estudando autores nacionais e estrangeiros.

Em 1965 — há um quarto de século! — publicou seu primeiro livro de ensaios: *A sereia e o desconfiado* (editora Civilização Brasileira). Abarcava uma gama vastíssima de obras e temas, à luz de um quadro de referências teóricas extremamente rico: discutia os limites do psicologismo na poética de Mário de Andrade, comparava o *Grande sertão* de Guimarães Rosa e o *Doutor Faustus* de Thomas Mann, analisava *A metamorfose* de Kafka, *Os demônios* e *O sócia* de Dostoiévski, a *Emilia Galotti* de Lessing, *O retrato de uma senhora* de Henry James e *O pai Goriot* de Balzac. O aparecimento do livro causou certa perplexidade em alguns setores: como era possível que um crítico jovem discorresse com tanta desenvoltura a respeito de expoentes das literaturas alemã, russa, francesa e norte-americana?

O itinerário de Roberto Schwarz revela marcas de diversas proveniências: uma inspiração inequivocamente marxista, que passa pela leitura de obras de Lukács, de Adorno, de Brecht e de Walter Benjamin; e também o estímulo proveniente do diálogo com Antonio Candido e com Anatol Rosenfeld. De Antonio Candido lhe vieram indicações essenciais para um aproveitamento criativo da teoria literária ao contexto nacional. E em Anatol Rosenfeld ele encontrou a imagem de um precursor, de um intelectual austríaco judeu, que se interessava por filosofia e literatura, e que — tal como ele — tinha sido posto pela vida neste Brasil tão fascinante e tão perturbador, que o acolhera com simpatia e ao mesmo tempo o discriminara, levando-o a sentir a melancólica sensação da "miséria do intelectual diante da boçalidade do mito".

Mas a história política do nosso país acabou por lhe impor uma experiência análoga àquela que a invasão da Áustria impusera a seus pais e a Anatol Rosenfeld: a ditadura militar obrigou-o a se exilar na França. E Roberto interrompeu sua participação *in loco* nos debates da vida político-cultural brasileira.

As desgraças do exílio causaram, como sabemos, verdadeira devastação nos corações e nas almas de muitos brasileiros, democratas e socialistas de diversos matizes, que foram forçados a interromper o que faziam aqui para passar vários anos no exterior. Roberto,

contudo, não se deixou abater: aproveitou a permanência compulsória em Paris para fazer um doutorado, para estudar, aprofundar suas reflexões e rever seus pontos de vista, no esforço diabético de verificar quais as idéias que se renovavam e quais as que precisavam ser arquivadas.

Em Paris, ele redigiu um artigo polêmico sobre as vicissitudes da cultura e da política no Brasil dos anos 1964 a 1969, que veio a ser publicado (com grande repercussão) na revista *Temps Modernes*, dirigida por Jean-Paul Sartre. O artigo chamava a atenção para o fato de que a esquerda, derrotada em 1964, conseguira preservar certos espaços na sociedade brasileira até o final de 1968 (ocasião em que foi decretado o Ato Institucional no. 5), retardando, com isso, o aprofundamento de uma autocrítica imprescindível à sua renovação (e ao seu ajuste de contas com as ilusões "populistas").

Somente no final dos anos setenta, com a atenuação da repressão, Roberto Schwarz pôde voltar a marcar uma presença mais efetiva nas discussões que se travavam no nosso país. Em 1977, a editora Duas Cidades lançou o texto da sua tese sobre Machado de Assis: *Ao Vencedor as batatas*. E logo o trabalho se tornou um clássico não só da crítica machadiana como da literatura dedicada ao nosso século dezenove, em geral.

Em 1976 apareceu nova coletânea de escritos do nosso autor, intitulada *O pai de família e outros estudos* (ed. Paz e Terra) que reunia uma antiga (e divertida) polêmica com o editorialista do jornal *O Estado de S. Paulo* (Oliveiros S. Ferreira), o trabalho originalmente publicado em *Temps Modernes* e artigos sobre temas tão variados como o romance *O amanuense Belmiro*, o filme *Os fuzis* (de Rui Guerra) e a verve de três novelas de Paulo Emílio Salles Gomes. Em 1983, Roberto organizou um volume que continha trabalhos de diversos críticos a respeito de alguns dos escritores que, entre nós, falaram da população dita "de baixa renda" (*Os pobres na literatura brasileira*, editora Brasiliense). Comentando os resultados obtidos pelos diferentes estudos, Roberto observou que os escritores costumam deixar transparecer claros sintomas de "paternalismo" na representação da pobreza e — com isso — "refletem" a realidade da nossa sociedade, já que é ela, a sociedade brasileira, que é induzida pela ideologia dominante a assumir uma postura "paternalista" em relação aos seus pobres

Essa tem sido uma preocupação constante na crítica literária de Roberto Schwarz: ele não nega que a literatura tenha sempre algo de "reflexo" da realidade social, mas está sempre atento para as "fintas" desse "reflexo" (que às vezes só é significativo quando passa pelo avesso da arte).

A desconfiança permanente que se manifesta no trabalho do nosso crítico leva-o a ser muito cuidadoso no que escreve e muito parcimonioso no que publica, lá houve quem reclamasse do excesso de comedimento e o acusasse de ser pouco produtivo. A acusação, no entanto, ficou esvaziada pela publicação em 1987 de uma nova série de ensaios intitulada *Que horas são?* (editora Companhia das Letras). O livro acolhia escritos dedicados, entre outras coisas, à peça *Santa Joana dos matadouros* de Brecht), à poética de Oswald de Andrade, ao romance *O nome do bispo* (de Zulmira Ribeiro Tavares), ao filme *Cabra marcado para morrer* (de Eduardo Coutinho) e às limitações do "nacionalismo" cultural. O texto que produziu maior impacto imediato foi, provavelmente, a análise irônica do poema "Póstudo" de Augusto de Campos. Acho provável, porém, que o ensaio mais notável seja "Pressupostos, salvo engano, de *Dialética da malandragem*", pequena obra-prima de dialética, na qual Roberto mostra as implicações da abordagem das *Memórias de um sargento de milícias* por Antonio Candido: Roberto sublinha a importância do fato de Antonio Candido ter demonstrado que, no romance de Manuel Antônio de Almeida, a *forma* resultava da apreensão do próprio movimento da sociedade brasileira.

Trata-se de um filão que o próprio Roberto vem explorando com admirável persistência em sua obra: "a junção de romance e sociedade se faz através da forma".

E é esse princípio metodológico que está no centro do novo livro do nosso ensaísta, que está sendo lançado pela editora Duas Cidades: *Um mestre na periferia do capitalismo — Machado de Assis*.

Já em *Ao vencedor as batatas* (1977), Roberto Schwarz tinha começado a desenvolver sua interpretação — altamente original — do que representa para nós a obra de Machado de Assis. De certo modo, ele pressupunha toda uma preparação histórica, que tornara possível o aparecimento do nosso maior escritor. A preparação tinha sido estudada por Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira: a nossa*

literatura, antes de constituir um "sistema", tinha passado por um momento "universalizante" e por um momento marcado pela preocupação acentuada com "a cor local". E Machado era a síntese dos dois momentos anteriores.

Machado era homem do seu tempo e do seu país; e se sentia desafiado a enxergar a época do ângulo do Brasil (tanto quanto o Brasil do ângulo da época). Os intelectuais brasileiros daquele período, postos a par do que acontecia na Europa, eram liberais; no entanto, integrados na nossa sociedade escravista, se acostumavam a conviver com os ritmos e as aberrações do atraso. De um lado, eles adotavam o raciocínio econômico burguês, comprometido com a busca eficiente do lucro: do outro, porém, eram atraídos pelo "afrouxamento" proveniente da escravidão (o trabalho, na sociedade escravista, não deve ser feito num mínimo de tempo; ao contrário, o tempo precisa ser espichado, para encher e disciplinar o dia do escravo). Machado via essas coisas e se dava conta de que algo estava profundamente errado.

O desajuste a que o Brasil estava condenado pela máquina do colonialismo só podia ser pensado através do instrumental ideológico elaborado nos próprios centros da ação colonizadora. As idéias, aqui, estavam "fora do lugar". E Machado, com seu ceticismo, procurou, em certo sentido, escapar à teia mistificadora com que elas o envolviam. A ficção literária o ajudou. Porque — como escreveu Roberto — "literatura não é juízo, é figuração".

Machado não se iludia com os mitos anêmicos que bastavam para embriagar seus contemporâneos. Num primeiro movimento, ele recua diante dos entusiasmos liberais e sua perspectiva assume características de certo "paternalismo" conservador mais tarde, num segundo movimento, que atravessa a sua obra da maturidade, ele depura a sua lucidez e alcança, nas palavras de Roberto, "a desilusão da desilusão".

O autor de *Um mestre na periferia do capitalismo* chama a atenção de seus leitores para a gritante superioridade do nível estético das *Memórias póstumas de Brás Cubas* em comparação com toda a nossa literatura de ficção anterior (inclusive com os romances iniciais do mesmo Machado). O que foi que permitiu a Machado tornar-se um "mestre", elevando a matéria de um universo cultural provinciano a objeto de uma literatura posta no mesmo plano que a dos melhores escritores do mundo, naquele tempo?

Roberto analisa o começo do *Brás Cubas* para apontar o alcance das impertinências, das irreverências e dos espevitamentos machadianos. "O tom é de abuso deliberado, a começar pelo contrasenso do título, já que os mortos não escrevem. A dedicatória saudosa 'ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver', arranjada em forma de epitáfio, é outro desrespeito. Mesma coisa para a intimidade com que de entrada é provocado o leitor, caso não goste do livro: 'pago-te com um piparote, e adeus'. E que dizer da comparação entre as *Memórias* e o *Pentateuco*, sutilmente vantajosa para as primeiras, gabadas pela originalidade? Trata-se, em suma, de um show de impudência, em que as provocações se sucedem, numa gama que vai da gracinha à profanação."

Para Roberto, se trata de uma regra de composição da narrativa, na qual o narrador (Brás Cubas) demonstra que não leva nada a sério e está disposto a não se deter diante de coisa alguma. A volubilidade que lhe permite passar com desenvoltura de uma atitude a outra desmoralizando todas as regras, fazendo pouco de todos os conteúdos e de todas as formas, é — na verdade — o próprio princípio formal do livro. O narrador muda de opinião a cada passo, troca de estilo conforme lhe dê na veneta, com uma versatilidade e uma autocomplacência insuperáveis, numa "desidentificação sistemática de si mesmo". E o nosso crítico sublinha: "Não se trata de uma disposição passageira, psicológica ou estilística, mas de um princípio rigoroso, sobreposto a tudo."

O que a análise desenvolvida em *Um mestre na periferia do capitalismo* demonstra é que exatamente esse princípio formal reproduz (recria, na ficção literária) o movimento assumido na história pela classe dominante na sociedade brasileira. O ritmo acelerado da assimilação e da superação das posturas e das idéias, a alternância entre o entusiasmo pelas "novidades" e o tédio logo sentido em relação ao que foi adquirido com facilidade e sumariamente descartado, o reconhecimento e a banalização dos antagonismos e a volubilidade desrespeitosa constituíam, por assim dizer, a conduta habitual das elites no nosso país. "A vida brasileira impunha à consciência burguesa uma série de acrobacias que escandalizam e irritam o senso crítico." Machado, impotente para se insurgir contra o que via, teve a genialidade de assimilar o movimento sinuoso e explicitá-lo em sua literatura, abrindo espaço para a "expansão do capricho" no romance e, com isso,

levando-o a aparecer com nitidez, em todas as suas características essenciais (inclusive naquelas que costumam ser camufladas, tidas como inconfessáveis).

Pegando carona no princípio estilizador da volubilidade, Roberto caracteriza o admirável senso crítico, o discernimento histórico e social do romancista, que o leva a cultivar, em alguns momentos, a arte de trair sua própria classe (a burguesia). Machado, segundo o crítico brasileiro, teria algo em comum com Baudelaire, que, na avaliação feita por Walter Benjamin, teria às vezes agido como "um agente secreto: um agente da insatisfação secreta da sua classe em relação à própria dominação dela".

Machado não pode empunhar armas para combater a prepotência, o autoritarismo, a irresponsabilidade e a insensibilidade dos ricos e dos poderosos: mas soube, melhor do que qualquer outro escritor do seu tempo, desvelar essas peculiaridades, faze-las sair de seus esconderijos ideológicos. Nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, "a volubilidade narrativa torna rotineira a ambiguidade ideológico-moral dos proprietários, diferentemente dos romances iniciais, onde esta tivera estatuto de momento excepcional e revelação, com lugar crucial na progressão dramática".

Machado não enxergava alternativa para a "escola da baixeza"; nem por isso, entretanto, se dispôs a cursá-la. A desfaçatez estava na sociedade; ele apenas (e nesse "apenas" está o enigma do poder da arte) re-criava, mimeticamente, a essência da realidade social. E, por meio dessa re-criação, realizava ao mesmo tempo uma façanha estética e uma vitória ética: nos proporcionava uma visão mais verdadeira de nós mesmos e a possibilidade de, com isso, assumirmos um compromisso mais crítico com a efetiva preservação da dignidade humana na nossa sociedade.

Tribuna da Imprensa, 03/07/1990, reproduzido em *Intelectuais Brasileiros & Marxismo*, Ed. Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1991

Link do vídeo com a palestra que Roberto Schwartz pronunciou na FLIP 2008:

http://www.youtube.com/watch?v=9n_jqDxEW9s

NOTAS:

Ao acessar esse vídeo, você encontra muitos outros vídeos relacionados com o tema Machado de Assis: da FLIP e de outros autores, como por ex.:

<http://www.youtube.com/watch?v=jbZy49mc5Ks&feature=related>

http://www.youtube.com/watch?v=A_CI26jnQCM&feature=related

<http://www.youtube.com/watch?v=yDPZ00nC42c&feature=related>

<http://www.youtube.com/watch?v=yDPZ00nC42c&NR=1>

<http://www.youtube.com/watch?v=yFccBltyrqU&feature=related>

<http://www.youtube.com/watch?v=YdoA2XRveQw&feature=related>

Notícia no site da FLIP:

A Flip abriu sua sexta edição na noite de quarta-feira com Roberto Schwartz, o mais destacado intérprete da obra de Machado de Assis, o homenageado dessa edição.

Schwartz, com base em texto inédito sobre o romance *Dom Casmurro*, comandou a primeira mesa de debates do evento e afirmou que o “bruxo” do Cosme Velho teria enganado o leitor por ser capaz de construir personagens que compartilham seus preconceitos - e Bentinho é um exemplo.

Para o estudioso, **Machado era “elegante e enganoso na forma das suas construções”, e se tornava eficiente porque encaixava em seus personagens críticas pessoais como o preconceito social.** E explica que Capitu sumira do romance porque tinha personalidade, juízo próprio e nunca foi submissa, uma metáfora das relações de poder dos ricos sobre os pobres que tanto criticava o escritor.

Site produzido pela Academia Brasileira de Letras:

<http://www.machadodeassis.org.br/>

Outros links relacionados ao tema da pesquisa:

<http://blogstoriasesenciais.blogspot.com/search/label/Machado%20de%20Assis>

<http://issuu.com/fatimacampilho/docs/machadodeassis?mode=embed&documentId=080929003955-558f938ce424404792a0391e1ffdc67&layout=white>

<http://portalsaofrancisco.com.br/alfa/machado-de-assis-biografia/machado-de-assis-3.php>

Disponível em:

http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:O_8gWKrjUp4J:scholar.google.com/+Romance+Realista+&hl=pt-BR&as_sdt=0